

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

História e política: pensamentos constitutivos e críticos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos /
Organizadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. -
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-554-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.546213009>

1. História. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon
(Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

As objeções e o indignar-se frente à violência ética são um pressuposto à crítica. O suplantar da abordagem ontológica do ser - o atentar para uma crítica categorial identitária presente nas contradições inerentes do sistema vigente - o caminho para análise histórica.

Vanessa Cavalcanti & Carlos Silva, 2021.

Os matizes que enredam as áreas do conhecimento como História e Política produzem, circulam e analisam contextos específicos e as tensões entre grupos dominantes e dominados, disputas e nuances políticas. Com destaque aos pensamentos e contributos do século XIX, desde Karl Marx e Max Weber, passando à sociologia e história política dos séculos XX e XXI, miradas atentas relativas às estratégias, consolidação das teorias de formas de governo, performances políticas e cidadãs, bem como desenvolvimento de agendas que compuseram e compõem períodos variados, proporcionam leituras sobre o próprio Presente.

As categorias analíticas que englobam esse “fazer-saber” estão atreladas às abordagens disciplinares e transdisciplinares, nomeadamente com maior atenção aos jogos de poder, participação, governança e políticas públicas, ademais de indicar vieses crítico-reflexivos. Esse processo traz à tona devires e metodologias ampliadas, baseadas em documentos oficiais, fontes primárias de várias tipologias, incluindo literatura, jornais, músicas, experiências educativas, relações internacionais.

Em meio às mobilizações no tempo contemporâneo e presente, podem-se verificar aproximações entre as duas ciências. Incentivadas pela produção historiográfica delimitam mais que meras descrições, análises mais apuradas, além de registrarem ações e vivências práticas.

A obra História e Política: Pensamentos constitutivos e críticos tem como objetivo justamente ampliar diálogos – pautados em criticidade e diversidade - reunindo frutos de investigações avançadas por parte de autoras/es brasileiras/os cujas temáticas coadunam com o título da coletânea. São composições autorais diferentes e que trazem distintas perspectivas sobre um recorte temporal que vai do século XIX ao XXI.

Em sua maior parte, os capítulos versam sobre investigações teóricas e historiográficas, apontando para eixos temáticos emergentes, além de novas abordagens e sujeitos como referenciais. Perfazem, sobremaneira, produções sobre conceitos, práticas e agendas políticas que compõem uma geografia global e a história mais recente, escrita entre regimes ditatoriais e democráticos.

Neste contexto, olhares atentos para a caracterização de domínios, esferas e planos na apreciação da análise, interconectando História e Política, são pretendidos como elemento basilar das produções aqui organizadas.

Um convite à leitura e às contribuições resultantes de pesquisas e etapas de formação acadêmica.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O SIMBÓLICO NA MORTE DE EDSON LUÍS E MARIELLE FRANCO

Talita Souza Magnolo

Rosali Maria Nunes Henriques

Marina Aparecida Sad Albuquerque de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130091>

CAPÍTULO 2..... 16

“COMPORTAMENTO GERAL” DE GONZAGUINHA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DA DITATURA E CONTRAPONTO COM O GOVERNO BOLSONARO

Nayara Figueira

Andrise Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130092>

CAPÍTULO 3..... 27

AFINAL, ONDE ESTAVA O POVO? A AUSÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES DO PROCESSO POLITICO NA “REPÚBLICA” DAS OLIGARQUIAS

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130093>

CAPÍTULO 4..... 44

ENSINO COM PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE JOVENS PESQUISADORES DA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

Reginâmio Bonifácio de Lima

Lucas Gomes do Vale

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130094>

CAPÍTULO 5..... 59

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO SANITÁRIA DE CAMPINAS-SP: AÇÕES DE POLÍCIA SANITÁRIA NO PERÍODO REPUBLICANO

Cássia Mariane Pavanati

Everardo Duarte Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130095>

CAPÍTULO 6..... 76

A ROTEIRIZAÇÃO MITOPOÉTICA DE SEXUALIDADES

Simone Ganem Assmar Santos

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130096>

CAPÍTULO 7..... 91

O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM OS ESTADOS

UNIDOS DURANTE A ÚLTIMA DÉCADA

Wallace Moacir Paiva Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130097>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 100

ÍNDICE REMISSIVO..... 101

AFINAL, ONDE ESTAVA O POVO? A AUSÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES DO PROCESSO POLÍTICO NA “REPÚBLICA” DAS OLIGARQUIAS

Data de aceite: 27/09/2021

Data de submissão: 13/09/2021

Robson Roberto da Silva

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Assis – SP
Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
Paranavaí – PR
<http://lattes.cnpq.br/1923494820355348>

RESUMO: Esse artigo tem o objetivo de investigar as causas e circunstâncias políticas e sociais que impediram a participação da maioria da população brasileira no processo de instituição do governo republicano no final do século XIX. Pelos relatos de época, os republicanos, influenciados pelo ideário da Revolução Francesa, se surpreenderam com a indiferença do povo diante das intensas mudanças institucionais. Por meio dos estudos clássicos sobre a sociedade patriarcal de Max Weber, e as pesquisas de importantes historiadores brasileiros como José Murilo de Carvalho, Raimundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, inclusive em obras literárias como dos escritores Lima Barreto podem ser traçados os condicionantes políticos e socioculturais que impediram o pleno exercício da cidadania para a maioria da população, onde, tais camadas populares eram percebidas pelas autoridades apenas quando ocorriam distúrbios e revoltas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Proclamação da

República; camadas populares; participação política.

AFTER ALL, WHERE WERE THE PEOPLE? THE ABSENCE OF POPULAR LAYERS OF THE POLITICAL PROCESS IN THE “REPUBLIC” OF OLIGARCHIES

ABSTRACT: This article aims to investigate the causes and political and social circumstances that prevented the participation of the majority of the Brazilian population in the process of establishing republican government in the late nineteenth century. By the period accounts, the republicans, influenced by the ideology of the French Revolution, were surprised by the indifference of the people in the face of intense institutional changes. Through the classic studies on the patriarchal society of Max Weber, and the researches of important Brazilian historians such as José Murilo de Carvalho, Raimundo Faoro and Sérgio Buarque de Holanda, including literary works such as writers Lima Barreto can be traced the political and socio-cultural constraints that prevented the full exercise of citizenship for the majority of the population, where such popular strata were perceived by the authorities only when disturbances and social revolts occurred.

KEYWORDS: Proclamation of the Republic; popular layers; political participation.

11 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NO PROCESSO POLÍTICO

Para compreender a exclusão da maioria da população do jogo político no Brasil é

necessário entender como era o funcionamento da estrutura da sociedade patriarcal e como eram construídos os laços de dependência que vigoraram pelo período colonial até as primeiras décadas do século XX. Durante mais de trezentos anos, a sociedade brasileira foi fundamentada pela estrutura escravista e pelas relações patriarcais de obediência e submissão das populações empobrecidas, sob o domínio dos senhores de terras, que exerciam a autoridade familiar, política e judiciária nas localidades rurais e nos pequenos vilarejos. “E efetivamente, a associação doméstica constitui uma célula reprodutora das relações tradicionais de domínio” (WEBER, 2003, p. 133). Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Ela dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários. (...) Eram simples potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias. Em suas mãos, a justiça, que, como vimos, é a principal garantia dos direitos civis, tornava-se simples instrumento do poder pessoal. O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas. (...) O cidadão comum ou recorria à proteção dos grandes proprietários, ou ficava à mercê do arbítrio dos mais fortes. (...) Havia, então, confusão, que era igualmente convivência, entre o poder do Estado e o poder privado dos proprietários. (...) A consequência de tudo isso era que não existia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis (CARVALHO, 2001, p. 20 – 21).

Percebe-se nas argumentações de Carvalho que a população legalmente livre vivia sob a proteção e dependência dos grandes proprietários de terras, comumente conhecidos como coronéis. “O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, (...) que manda nos seus agregados, empregados e dependentes. (...), num mecanismo onde o governo será reflexo do patrimônio pessoal.” (FAORO, 2001, p. 737). No Brasil colonial, o poder político ficava nas mãos das famílias patriarcais escravistas, mandatários nas suas propriedades e nas pequenas cidades e vilarejos, formando uma sociedade amplamente conservadora (Imagem – 1).

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se não de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida (HOLANDA, 1995, p. 85).



Imagem 1 – Detalhe da gravura do pintor francês Jean Baptiste Debret: Um funcionário a passeio com sua família (1839). **Acervo:** Coleção Brasileira, Pinacoteca do Estado de São Paulo. A pintura mostra um alto funcionário do Estado português indo ao passeio seguindo em fila pelos seus familiares e escravos, mostrando que a dominação patriarcal estava presente tanto no ambiente familiar como na política colonial brasileira.

À sombra dessa dominação patriarcal, a prática do particularismo, do nepotismo e do patrimonialismo nas estâncias públicas foi durante séculos a essência política do Brasil. O historiador Sérgio Buarque de Holanda enfatiza que:

A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. (...), onde prevalecem necessariamente às preferências fundadas em laços afetivos, não poderia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. (...), a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado, pela família (HOLANDA, 1995, p. 82).

Em seus estudos sobre as sociedades e os governos, o filósofo alemão Max Weber (...) teorizou três tipos puros de dominação legítima: *legal*, *patriarcal* e *carismática*. No contexto político e histórico do Brasil colonial, a dominação patriarcal foi a que melhor se adaptou a nossa sociedade tradicional, conservadora e escravista. “Na dominação patriarcal, (...), fundamentam-se na tradição; na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre.” (WEBER, 1999, p. 234). Conforme a explicação de Max Weber sobre dominação patriarcal:

Na dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a

legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em “normas”, mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição. Mas sempre prevalece na consciência dos submetidos, sobre todas as demais idéias, o fato de que este potentado concreto é o “senhor”; e na medida em que seu poder não está limitado pela tradição ou por poderes concorrentes, ele o exerce de forma ilimitada e arbitrária, e, sobretudo, sem compromisso com regras (WEBER, 1999, p. 234).

Em concordância com as teorias weberianas, as sociedades patriarcais poderiam se converter em verdadeiros Estados patrimoniais, pois os detentores do poder político utilizavam-se da máquina administrativa tanto para atenderem aos seus interesses particulares como para a nomeação de um corpo de funcionários submetidos a ele. “Os funcionários típicos do Estado patrimonial e feudal são empregados domésticos inicialmente encarregados de tarefas afetas puramente à administração doméstica.” (WEBER, 2003, p. 133). Weber explica o funcionamento da estrutura administrativa patriarcal:

A estrutura puramente patriarcal de administração: os serviços são recrutados em completa dependência pessoal do senhor, seja sob a forma puramente patrimonial (...) ou extrapatrimonial, de camadas não totalmente desprovidas de direitos (...). Sua administração é totalmente heterônoma e heterocéfala: não existe direito próprio algum do administrador sobre o cargo, mas tampouco existem seleção profissional e nem honra estamental para o funcionário; os meios materiais da administração são aplicados em nome do senhor e por sua conta. Sendo o quadro administrativo inteiramente dependente dele, não existe nenhuma garantia contra seu arbítrio, cuja extensão possível é, por conseqüente, maior aqui do que em qualquer outra parte (WEBER, 2003, p. 132).

Segundo a argumentação de Weber, o Estado patrimonial era antagônico do Estado burocrático, recrutava seus funcionários por meio de laços familiares e de confiança do senhor, não existindo nenhum estatuto para essas contratações. Holanda explica como ocorria a “escolha” dos funcionários patrimoniais:

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem à especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias (HOLANDA, 1995, p. 160).

Assim, em harmonia com as teorias weberianas e as argumentações de Holanda, a estrutura política no Brasil colonial era totalmente engessada, privilegiando alguns poucos potentados que se beneficiavam de seus cargos públicos, onde dominava o nepotismo e o patrimonialismo. Segundo Holanda os conflitos no período colonial sempre foram de caráter elitista quando os interesses dessas classes dominantes rurais entravam em choque com

a Coroa Portuguesa.

É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade (HOLANDA, 1995, p. 56).

Diante desse quadro desolador, ficava realmente difícil imaginar que a maioria da população livre e empobrecida no Brasil tivesse alguma chance de aspirar à participação política ou de defesa de seus direitos numa sociedade onde imperava o mandonismo e o autoritarismo patriarcal. “Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares.” (CARVALHO, 2001, p. 24). Essa população, que vivia num regime de obediência e submissão, não lhe foi permitida desenvolver a consciência de direito, cidadania e democracia. Segundo o historiador britânico Eric J. Hobsbawm, o conceito de direito não é uma regra abstrata e universal, mas algo que se constrói durante seu processo sócio-histórico:

Pois os “direitos”, digam alguns filósofos que quiserem, não são abstratos, universais e imutáveis. Eles existem nas mentes de homens e mulheres como parte de conjuntos de convicções sobre a natureza da sociedade humana e sobre a ordenação das relações entre os seres humanos dentro dela: um modelo de ordem social e política, um modelo de moralidade e justiça. (...), na prática, o conjunto real de convicções sobre direitos não é o mesmo para todas as sociedades, todos os lugares e todas as épocas (HOBSBAWN, 2000, p. 419).

Após a Proclamação da Independência, em 1822, havia certa esperança de abertura política para a população. Entretanto, durante o período de elaboração da primeira Constituição de 1824, foram colocados artigos restritivos que limitavam a participação popular em exercer seus direitos políticos, como o voto censitário:

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

1º) Os menores de 25 anos, nos quais se não compreendem os casados e oficiais militares que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras.

2º) Os filhos-famílias que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos.

3º) Os criados de servir, em cuja classe não entram os guardas-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da casa de comércio, os criados da casa imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas.

4º) Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.

5º) Os que não tiverem renda líquida anual 100.000 por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas assembleias primárias de paróquias não podem ser membros nem votar na nomeação de alguma autoridade efetiva nacional ou local (BRASIL, 1824).

Esses artigos restringiam a participação da maioria da população brasileira, pois excluía os menores de 25 anos, os escravos, os religiosos e os que não possuíam renda anual de 100 mil réis. Os poucos indivíduos se qualificavam como votantes, e participavam ativamente da vida política durante o período colonial ficaram conhecidos, historicamente, como homens bons. “Os homens bons compreendiam, num alargamento contínuo, além dos nobres de linhagem, os senhores de terras e engenhos, a burocracia civil e militar, com a contínua agregação de burgueses comerciantes.” (FAORO, 2001, p. 205). O governo imperial introduziu o voto censitário e as eleições para uma minúscula parcela da sociedade. “O sistema se apoiava sobre pés de barro frágil, todos sabiam que as eleições pouco tinham a ver com a vontade do povo.” (FAORO, 2001, p. 404). Além disso, segundo Carvalho, os níveis de despreparo político do povo brasileiro eram devido aos altíssimos índices de analfabetismo:

Os brasileiros tornados cidadãos pela Constituição eram as mesmas pessoas que tinham vivido os três séculos de colonização nas condições que já foram descritas. Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo. (...). A maior parte dos cidadãos do novo país não tinha tido prática do exercício do voto durante a Colônia. Certamente, não tinha também noção do que fosse um governo representativo, do que significava o ato de escolher alguém como seu representante político. Apenas pequena parte da população urbana teria noção aproximada da natureza e do funcionamento das novas instituições (CARVALHO, 2001, p. 32).

Os eleitores eram dependentes dos mandatários políticos ou funcionários do Estado. Portanto, a escolha dos candidatos sempre foi marcada pela troca de votos por benefícios pessoais, à *política do favor*. “Nem proprietários, nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande.” (SCHWARZ, 1977, p. 16). Segundo Raimundo Faoro:

A verdade eleitoral não sairia da lei como queriam os estadistas: a verdade eleitoral, mesmo depurada com honestidade, traria à tona o próprio país, com o eleitorado obediente ao governo, qualquer que fosse este, uma vez que fosse o poder que nomeia, que possui as armas e o pão. O deputado, dentro desse círculo de ferro, era nada mais que o resultado das combinações de cúpula, tramadas nos salões dos poderosos. O eleitor era como aquele Jararaca, que o candidato Joaquim Nabuco encontrou num casebre do Recife: estava pronto a votar com o postulante, simpatizava com a causa; mas, votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a chapa de caixa (...), e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante (FAORO, 2001, p. 404).

Durante o período imperial esse sistema político conservador se perpetuou; os políticos e os partidos somente tinham compromissos com seus interesses particulares. “Os partidos seriam, em teoria, a opinião pública militante, autenticamente colhida nas eleições, com o povo genuinamente representado.” (FAORO, 2001, p. 404). Tal estabilidade política dos escravistas somente viria a sentir seus primeiros sinais de desgastes na segunda metade do século XIX com a derrocada da Escravidão, com o crescimento do trabalho livre, com a queda do regime monárquico e com a ascensão da República.

21 A AUSÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES DO PROCESSO POLÍTICO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Os últimos decênios do século XIX foram cenários de imensas transformações socioeconômicas, políticas e culturais na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o Brasil vivenciava uma época de novos rumos e novas ideias. Os antigos modelos monárquico e escravocrata eram enxergados como retrógrados por uma nova elite educada na Europa; seriam nessas classes sociais que germinaram os primeiros pensamentos abolicionistas. As relações entre o governo imperial e as elites políticas, especialmente os grandes produtores de café estavam desgastadas desde o final da Guerra do Paraguai (1865 – 1870). Com o enfraquecimento do Império, surgiu em 1873 o Partido Republicano Paulista (PRP), que congregava os proprietários rurais da cafeicultura e os profissionais liberais, com novas propostas políticas para retirar o Brasil de seu arcaísmo sócio-econômico. Segundo Carvalho:

Em São Paulo existia, desde 1873, o partido republicano mais organizado do país, formado principalmente por proprietários. A província passara por grande surto de expansão do café e sentia-se asfixiada pela centralização monárquica. Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República. Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares (CARVALHO, 1990, p. 24).

Outra classe que também se fortaleceu com o final da Guerra do Paraguai foram os militares que seriam os grandes ideólogos do regime republicano no Brasil. Nas últimas décadas do século XIX, instaurou-se uma crise nas relações das forças militares com o governo imperial que culminou numa ruptura definitiva com a Proclamação da República (Quartelada) em 15 de Novembro de 1889 (Imagem – 2).



Imagem 2 – Detalhe da gravura do pintor Benedito Calixto: Proclamação da Republica (1893). **Acervo:** Pinacoteca do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro – RJ. A imagem mostra as movimentações dos militares e da elite burguesa no Golpe de Estado de 15 de Novembro de 1889, onde a participação política do povo brasileiro foi nula.

O descontentamento dos militares deve-se à desorganização e à corrupção do regime imperial. Para eles, a Monarquia estava ultrapassada, devendo ser substituída por um governo mais eficiente, fundamentado no pensamento científico positivista pela ordem e pelo progresso. “Acontece que os militares tinham formação técnica, (...), e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial.” (CARVALHO, 1990, p. 28):

O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república. A separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para os professores, estudantes e militares. Igualmente, a idéia de ditadura republicana, o apelo a um Executivo forte e intervencionista, servia bem a seus interesses. Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, (...). Por último, a proposta positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado (CARVALHO, 1990, p. 27).

Diferentemente dos políticos liberais, que tinham influência em várias teorias filosóficas europeias (liberalismo, evolucionismo, determinismo social, etc.), os militares seguiam o *positivismo*, doutrina fundada pelo filósofo francês Auguste Comte. Foi o positivismo um dos grandes pilares filosóficos da República: os militares propunham a instauração de um governo ditatorial, um Estado paternalista e autoritário que assistiria a

população apenas nos seus direitos civis e sociais, limitando sua cidadania e seus direitos políticos. “O positivismo, (...), que enfatizava, de um lado, a idéia de progresso pela ciência, e de outro, o conceito de ditadura republicana, contribuía poderosamente para o reforço da postura tecnocrata e autoritária.” (CARVALHO, 1987, p. 35). Nas palavras do filósofo francês Auguste Comte na sua obra: *Discurso sobre o Espírito Positivo* (1851), a atividade política estava distante do entendimento popular, uma vez que estava apenas interessada em satisfazer suas necessidades primárias. Por isso, caberia às classes superiores e ilustradas a manutenção do Estado Republicano:

Desde o início da grande crise moderna, o povo só interveio como simples auxiliar nas principais lutas políticas, com a esperança, sem dúvida, de obter com elas alguma melhoria de sua situação geral, (...). Todos os debates habituais permaneceram essencialmente concentrados nas diversas classes superiores ou médias, já que se vinculavam sobretudo à posse do poder. Ora, o povo não podia por muito tempo interessar-se diretamente por tais conflitos, porquanto a natureza de nossa civilização impede evidentemente os proletários de esperar e até mesmo desejar alguma participação importante no poder político propriamente dito (COMTE, 1978, p. 85).

Os militares eram extremamente patrióticos e essa característica serviu para o escritor Lima Barreto criar o personagem caricato Policarpo Quaresma:

Policarpo era patriota. Desde moço, ali pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa (BARRETO, 1915, p. 13).

Assim, foram os militares positivistas que encabeçaram o levante de 15 de novembro de 1889 para a derrubada dos últimos resquícios do governo imperial, empossando o Marechal Deodoro da Fonseca como primeiro presidente da República. Durante essa transição, o povo ficou apartado das transformações políticas que aconteciam em 1889; a Abolição da Escravidão de 1888 causou mais mobilização popular do que a Proclamação da República. “O 15 de Novembro no Brasil não foi senão o periquito sociológico em relação com o papagaio: O 13 de Maio.” (FREYRE, 2000, p. 469). É necessário salientar que o movimento republicano atingiu uma parcela mais elitizada da sociedade. “Como discurso, as ideologias republicanas permaneciam enclausuradas no fechado círculo das elites educadas.” (CARVALHO, 1987, p. 10). Portanto, o Ato da Proclamação da República foi o coroamento da exclusão política do povo brasileiro, de modo que ela nasceu da articulação entre militares e políticos burgueses.

Carvalho, citando Louis Couty, descreve a indignação dos republicanos com o povo brasileiro que se ausentava das manifestações. “Este Estado não é uma nacionalidade; (...); esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos.” (CARVALHO, 1990, p.

32). Para outros, a ausência do povo no movimento republicano não causava surpresa, pois foram os militares e a burguesia que promoveram a Proclamação da República. Restava a eles observarem passivamente aos acontecimentos, segundo o testemunho de Aristides Lobo. “Por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. (...). O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.” (HOLANDA, 1995, p. 161). Possivelmente, os republicanos buscavam naquele momento decisivo a presença de um tipo ideal de cidadão ao estilo francês que lutasse pela República, um tipo ideal de cidadão que inexistia na sociedade brasileira. Weber destacava que o tipo ideal é um conceito limite de análise e não uma realidade histórica:

Se quisermos tentar uma definição genérica do conteúdo do conceito, restar-nos-á apenas a forma do tipo ideal, (...). Trata-se de um quadro de pensamento, não uma realidade histórica, e muito menos uma realidade “autêntica”; não serve de esquema em que possa incluir a realidade à maneira exemplar. Tem antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada (WEBER, 2001, p. 140).

Os intelectuais republicanos foram ingênuos ao pensar na possibilidade de participação popular no movimento republicano. “É evidente que não se podia esperar da população acostumar-se da noite para o dia ao uso dos mecanismos formais de participação exigidos pela parafernália dos sistemas de representação.” (CARVALHO, 2001, p. 67). Carvalho ressalta que a irrisória participação popular nas manifestações republicanas foi mais cômica do que heróica:

O povo seguiu curioso os acontecimentos, perguntou-se sobre o que se passava, respondeu aos vivas e seguiu amurada militar pelas ruas. (...). O povo estava fora do roteiro da proclamação, fosse este militar ou civil, (...). O único exemplo de iniciativa popular ocorreu no final da parada militar, quando as tropas do Exército deixavam o Arsenal da Marinha para regressar aos quartéis. Os populares que acompanhavam a parada pediram a Lopes Trovão que lhes pagasse um trago. A conta de quarenta mil-réis acabou caindo nas costas do taverneiro, pois Lopes Trovão só tinha onze mil-réis no bolso. O anônimo comerciante tornou-se, sem querer, o melhor símbolo do papel do povo no novo regime: aquele que paga a conta (CARVALHO, 1987, p. 52 – 53).

A baixa participação popular na proclamação republicana deve-se também pelo desconhecimento do povo sobre o que era República. “A pequena densidade histórica do 15 de Novembro (uma passeata militar) não fornecia terreno adequado para germinação de mitos.” (CARVALHO, 1987, p. 57). Os republicanos, no seu esforço de criar uma legitimidade para República, buscavam um herói entre os líderes do movimento, mas eles não tinham o carisma para conquistar o povo. “Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações (...). São por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e os corações dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos.” (CARVALHO, 1987, p. 55). Os

republicanos encontraram na figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, enforcado e esquartejado em 21 de Abril de 1792, o personagem ideal para ser o herói da República. Contudo, a imagem do inconfidente teve que ser adaptada à figura mística de Jesus Cristo para conquistar a mentalidade do povo por intermédio da religiosidade católica (Imagem – 3). Segundo a explicação de Carvalho sobre a construção simbólica de Tiradentes:

O patriota virou mítico. A coragem que demonstrou (...) vinha, ao final, do fervor religioso e não do fervor cívico. Assumiu explicitamente a postura de mártir, identificou-se com Cristo. O cerimonial do enforcamento, o cadafalso, a forca erguida a altura incomum, os soldados em volta, a multidão expectante – tudo contribuiu para aproximar os dois eventos e as duas figuras, a crucificação e o enforcamento, Cristo e Tiradentes, o esquartejamento posterior, o sangue derramado, a distribuição das partes pelos caminhos que antes percorrera também serviram ao simbolismo da sementeira do sangue do mártir, que, como dissera Tertuliano, era semente dos cristãos (CARVALHO, 1987, p. 68).

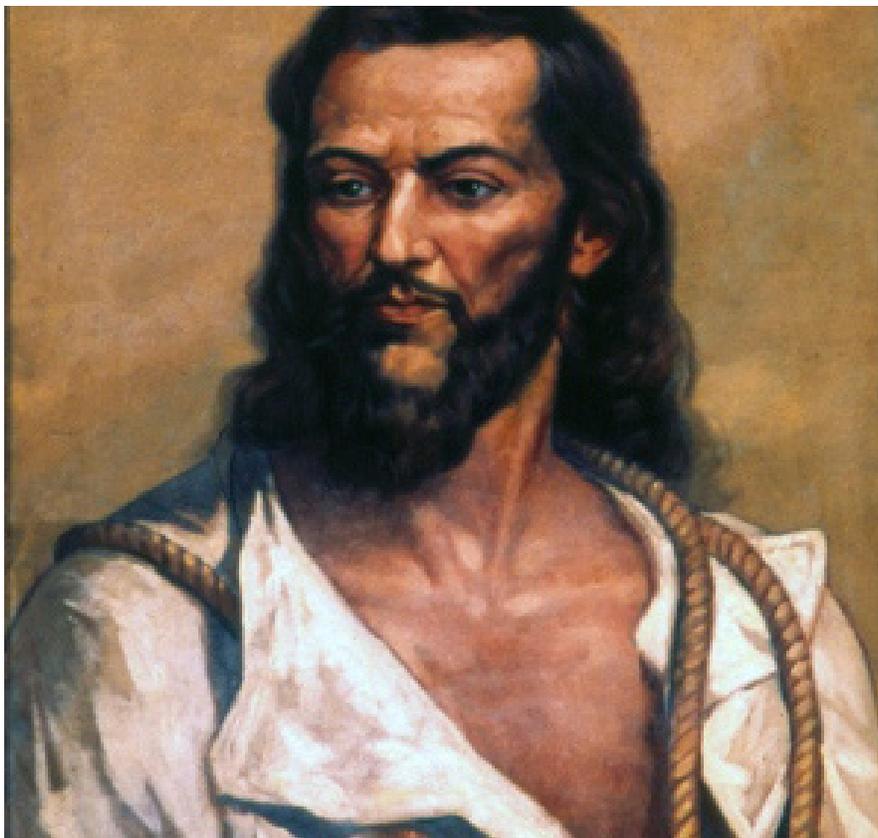


Imagem 3 – Detalhe da gravura do pintor Oscar Pereira da Silva: Retrato de Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes (1922). **Acervo:** Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Os republicanos precisavam criar símbolos para elevar o sentimento de patriotismo criaram a imagem de Tiradentes semelhante de Jesus Cristo para cativar o sentimento religioso do povo brasileiro.

Apesar desses simbolismos, a identificação popular com a República foi superficial. O povo não compreendia os mecanismos políticos da República e os republicanos não faziam questão de entender o povo. “O fato confirma (...): a de que a República no Brasil nasceu penetrada pela Monarquia. Antimonárquica principalmente no superficial; continuadora da Monarquia, em grande parte do essencial.” (FREYRE, 2000, p. 562). Conforme Faoro:

Seu caráter oligárquico, numa oligarquia enriquecida pelo oficialismo (...), leva-as a reear a participação popular, identificada, desde José Bonifácio e Feijó, à anarquia. (...). Toda nossa política, assim monárquica como republicana, mostrou-se geralmente ou duvidosa da capacidade do povo, ou suspeitosa do caráter de suas manifestações, (...). “A política brasileira tem (...), o sentimento de que o povo é uma espécie de vulcão adormecido. Todo perigo está em despertá-lo. Nossa política nunca aprendeu a pensar normalmente no povo, a aceitar a expressão da vontade popular como base da vida representativa” (FAORO, 2001, p. 384).

Além da baixa participação política, o povo também foi barrado devido à proibição imposta pela Constituição de 1891 ao voto dos analfabetos. “Na primeira eleição popular para a presidência da República, em 1894, votaram 2,2% da população.” (CARVALHO, 2001, p. 40). Conforme o Artigo 70 da Constituição Federativa dos estados unidos do Brasil de 1891:

Art. 70 – São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º – Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

- 1) Os mendigos;
- 2) Os analfabetos;
- 3) As praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
- 4) Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. (BRASIL, 1891).

Como o Brasil tinha altos índices de analfabetismo, consequência de séculos de dependência patriarcal, a maioria da população estava apartada da política. “É claro que não se poderia esperar dos senhores qualquer iniciativa a favor da educação de seus escravos ou de seus dependentes.” (CARVALHO, 2001, p. 40). Carvalho acentua que a educação popular possibilitaria a formação da cidadania:

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, (...), por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento dos seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (CARVALHO, 2001, p. 11).

No Brasil, a cidadania não era um direito universal, porém uma prerrogativa para aqueles considerados mais “capazes” de exercerem as funções de eleitores. “Na Bruzundanga, como no Brasil, (...) os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – o voto.” (BARRETO, 1922, p. 120). Sobre esse assunto, Carvalho aponta que:

Por trás dessa concepção restritiva da participação estava o postulado de uma distinção nítida entre sociedade civil e sociedade política. (...), entre cidadãos ativos e cidadãos inativos ou cidadãos simples. Os primeiros possuem, além dos direitos civis, os direitos políticos. Os últimos só possuem os direitos civis da cidadania. Só os primeiros são cidadãos plenos, possuidores do jus civitatis do direito romano. O direito político, nessa concepção, não é um direito natural: é concedido pela sociedade aqueles que ela julga merecedores dele. O voto, antes de ser direito, é uma função social, é um dever (CARVALHO, 1990, p. 44).

A ausência do povo abriu caminho para políticos oportunistas, especialmente durante a *República das Oligarquias*, que se tornou espaço para praticarem toda sorte de atos corruptos dentro dos governos. “A corrupção e a negociata voltaram a caracterizar o novo regime, fazendo com que o antigo, acusado antes de corrupto, aparecesse já como símbolo de austeridade pública.” (CARVALHO, 1990, p. 30). O parasitismo estatal era a palavra de ordem política. As oligarquias dominantes não furtavam em utilizarem ao seu bel prazer a máquina administrativa para práticas de nepotismo. “Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; (...) com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República.” (BARRETO, 1922, p. 57). O costume corrupto do favorecimento de cargos públicos para alguns privilegiados contaminava todas as instituições políticas, afinal todos queriam uma fatia do bolo do Estado. “O favor; (...); pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais.” (SCHWARZ, 1977, p. 17). Schwarz explica sobre a prática do favor:

Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente em toda parte, combinando-se as mais variadas atividades, mais ou menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais como medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, (...), entre nós eram governados por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal (SCHWARZ, 1977, p. 16).

Na imprensa, notícias de escândalos políticos transbordavam nas manchetes dos jornais. “Havia na redação, farejadores de escândalos; (...), os grandes escândalos, os grossos, as ladroeiras públicas eram denunciadas pelos próprios funcionários desgostosos, por políticos pedinchões e não satisfeitos e pelos próprios subornados.” (BARRETO, 1909,

p. 189). Lima Barreto, em *Recordações do escrívão Isaías Caminha* descreve a opulência e a cupidez tomou conta das classes políticas:

A república soltou de dentro das nossas almas toda uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social. O nosso império decorativo tinha virtudes de torneira. O encilhamento, com aquelas fortunas de mil e uma noites, deu-nos o gosto pelo esplendor, pelo milhão, pela elegância, e nós atiramo-nos á indústria das indenizações. Depois, esgotado, vieram os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política (BARRETO, 1909, p. 188).

A corrupção e a instabilidade política republicana ficavam ainda mais visíveis nas épocas de eleições. Apenas uma minoria de cidadãos tinha direito de votar, contudo, isso não significava que houvesse lisura, pelo contrário, todo o processo eleitoral era forjado; e contaminado pela corrupção, conhecido historicamente como *degola eleitoral*. “Os historiadores do período concordam em afirmar que não havia eleição limpa. O voto podia ser fraudado na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do eleito.” (CARVALHO, 2001, p. 42). Os poucos votantes estavam totalmente dependentes dos interesses dos políticos ou eram diretamente ligados ao funcionalismo público do Estado. “O exercício da cidadania política tornava-se assim caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país.” (CARVALHO, 1987, p. 89). Assim, os resultados das urnas expressavam mais as lutas de facções políticas. “As eleições eram freqüentemente tumultuadas e violentas. Às vezes eram espetáculos tragicômicos.” (CARVALHO, 2001, p. 33). José Murilo de Carvalho descreve o clima tenso e as práticas violentas nas eleições na cidade do Rio de Janeiro:

No caso do Rio de Janeiro, havia também outra boa razão para que os cidadãos não se aventurassem a exercer seus direitos. Além de ser inútil, votar era muito perigoso. Desde o Império, as eleições na capital eram marcadas pela presença dos capoeiras, contratados pelos candidatos para garantir os resultados. A República combateu os capoeiras, mas o uso de capangas para influenciar o processo eleitoral se fez crescer. Fiel cronista da cidade, Lima Barreto observa (...) que às vésperas de eleição ela parecia pronta para uma batalha. Conhecidos assassinos desfilavam em carros pelas ruas ao lado dos candidatos (CARVALHO, 1987, p. 87).

Mas o povo também contribuía para a corrupção, vendendo seu voto em troca de benefícios pessoais. Dito de outro modo. “A eleição era a oportunidade para ganhar um dinheiro fácil, uma roupa, um chapéu novo, um par de sapatos. No mínimo, uma boa refeição.” (CARVALHO, 2001, p. 36). Carvalho salienta que os eleitores das cidades sabiam como barganhar o valor do voto para os candidatos:

O votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade. O voto era um ato de obediência forçada ou, na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão. À medida que o

votante se dava conta da importância do voto para os chefes políticos, ele começava a barganhar mais, a vendê-lo mais caro. Nas cidades, onde a dependência social do votante era menor, o preço do voto subia mais rápido. Os chefes não podiam confiar apenas na obediência e lealdade, tinham que pagar pelo voto. O pagamento podia ser feito de várias formas, em dinheiro, roupa, alimentos, animais. (CARVALHO, 2001, p. 35).

Nas áreas rurais, a corrupção eleitoral teve outras características sociais. Os poucos eleitores estavam no ciclo de dependência dos chefões políticos locais, que tinham muita influência nos resultados das urnas. “O regime de propriedade agrícola (...), faz que o trabalhador agrícola seja um paria, (...), pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários.” (BARRETO, 1922, p. 99 – 100). Vigorava as práticas do *curral eleitoral* e do *voto de cabresto*. (Imagem – 4). O escritor Monteiro Lobato em seu livro de contos Urupês destacava a submissão política do caipira Jeca Tatu que votaria naquele “indicado” pelo chefe político local:

O fato mais importante de sua vida é sem dúvida votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta do casamento, sarjão furadinho de traça e todo vincado de dobras, entala os pés num alentado sapatão de bezerro; ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lhe retém para maior garantia da fidelidade partidária. Vota. Não sabe em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhol de gafafunhos a que chama “sua graça”. (LOBATO, 1972, p. 150).

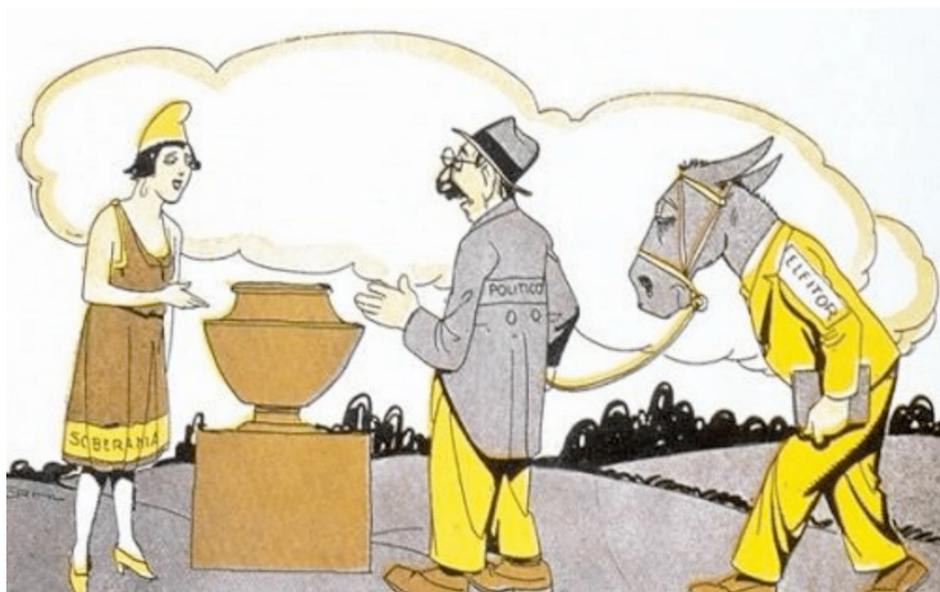


Imagem 4 – Caricatura de Storni: As próximas eleições... “De Cabresto” publicado na revista Careta em 19 de Fevereiro de 1927. **Acervo:** Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro – RJ. A imagem mostra a prática do voto de cabresto na República das Oligarquias, onde o votante era obrigado a votar no candidato indicado pelo chefe político local.

Conforme Faoro, as relações entre os mandantes políticos e seus dependentes nem sempre eram fundamentadas na coerção física ou na intimidação pessoal. Os eleitores rurais votavam nos candidatos apoiados pelos coronéis simplesmente por respeito à legitimidade tradicional que estes carregavam consigo, numa clara demonstração da permanência da dominação patriarcal:

Não se imagine, entretanto, que entre o coronel e o simples eleitor impere a brutalidade, com o bacamarte engatilhado contra o rebelde potencial. O coronel é, acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séquito. A hierarquia abrandar-se, suavizando-se as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o chefiado. (...). Num contexto de violência, consubstancial à vida rural, ela só se exerce contra o inimigo, nos atentados ao prestígio, em defesa da honra — ficar desmoralizado num conflito equivale à morte. O eleitor vota no candidato do coronel não porque teme a pressão, mas por dever sagrado, que a tradição amolda (FAORO, 2001, p. 753).

Portanto, fossem nas zonas rurais ou nas cidades, o cenário que se desenhou na Primeira República era desolador, pois a maioria da população estava segregada do jogo político e das decisões governamentais e os poucos cidadãos que votavam estavam cooptados aos interesses dos políticos. Carvalho conclui:

(...) até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata (CARVALHO, 2001, p. 83).

Se a participação nas decisões políticas das camadas populares estava limitada a uma minoria cooptada pelos governos republicanos, também é enganoso concluir que o povo estivesse assistindo passivamente aos abusos e desmandos das classes políticas. No período da Primeira República reinou uma constante instabilidade, mesmo com esforço do Estado em manter a ordem pública. Foi uma época em que eclodiram inúmeros conflitos sociais, manifestações populares, levantes, atentados, revoltas e greves. O povo não tinha mecanismos políticos para expressar sua vontade, mas teve outras armas e estratégias de resistência contra os governantes republicanos.

REFERÊNCIAS

Legislações:

BRASIL: Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Brasília, DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso: 05 de mar. 2019.

BRASIL: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Brasília, DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 05 de mar. 2019.

Obras literárias

BARRETO, Lima. **Recordações do escrívão Isaías Caminha**. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & Cia, 1909.

_____. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1915.

_____. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1922.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1972.

Bibliografia consultada

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo**. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedian, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 1977.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. **Sociologia**. Tradução e organização de Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia Sul-Occidental 44, 45, 46, 49, 57

Assassinatos 11, 12

B

Brasil 1, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 57, 58, 61, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100

C

Censura 16, 20, 21

Chile 78

Constituição 20, 31, 32, 38, 42, 43, 60, 61, 64, 65, 76

Corpos 76, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 89

Cultura 39, 47, 48, 58, 84, 85, 88, 94

D

Diplomacia 91

Direitos 1, 3, 11, 12, 20, 23, 24, 28, 30, 31, 35, 38, 39, 40, 76, 78, 92, 94, 100

Ditadura 1, 3, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 34, 35, 78

Dominação 4, 5, 18, 19, 29, 42

E

Edson Luís 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 13, 14

Educação básica 44, 45, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Ensino superior 38, 46, 55, 56

Estados Unidos 38, 43, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

F

Febre Amarela 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75

G

Gonzaguinha 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25

Governo Bolsonaro 16, 17, 21, 23, 95, 96

H

História contemporânea 1

I

Iniciação científica 45, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58

Isabel Allende 76, 77, 78

J

John H. Gagnon 76, 79

Jovens pesquisadores 44, 45, 46, 56

K

Karl Marx 16, 17, 18, 26

L

Liberdade 10, 23, 38, 79

Lima Barreto 27, 35, 40

Literatura 21, 78, 80, 90

Louis Althusser 17

M

Marielle Franco 1, 2, 3, 11

Max Weber 5, 15, 27, 29

Mulheres 31, 76, 78, 79, 80, 86, 89, 100

Música 16, 17, 20, 21, 22, 88

O

Oligarquias 27, 39, 41

P

Participação 20, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 54

Pierre Bourdieu 1, 4

Poder 1, 3, 4, 5, 7, 15, 18, 19, 20, 28, 29, 30, 32, 35, 43, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 74, 75, 85, 87, 88, 91, 92, 94, 96

Polícia sanitária 59, 60, 62, 66, 68, 69, 70, 72, 74

Política externa 91, 93, 94, 95, 97

Povo 8, 9, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 47, 95, 96

R

Relações internacionais 91, 92, 93, 99

República 1, 14, 19, 27, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 59, 61, 65, 75, 92, 93, 94

Roteiros sexuais 81, 83

S

Século XIX 27, 33, 59, 62, 63, 64, 65, 67, 73, 74

Século XX 28, 64, 65, 85, 93

Século XXI 25, 45, 47, 48, 51, 54, 97

Sexualidades 76, 77, 78, 79, 83, 86, 87, 88

Sociedade 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 43, 45, 54, 64, 76, 89, 92

Subjetividades 76, 77, 79

T

Tempo presente 76, 82, 100

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021